



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681482 - SP (2021/0227447-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : TALES ARGEMIRO DE AQUINO
ADVOGADO : TALES ARGEMIRO DE AQUINO - SP310515
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : THIAGO ELISARIO DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : MARCOS LUIZ JESUS GONZAGA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de THIAGO ELISARIO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0099401-02.2012.8.26.0050).

O paciente foi condenado às penas de 7 anos de reclusão e de 16 dias-multa, como incurso no art. 157, § 2º, incisos I, II e V, do Código Penal.

O impetrante sustenta a ausência de provas a embasarem a prolação do édito repressivo, pois o paciente não foi reconhecido pelas vítimas como um dos participantes da conduta delitiva.

Alega que a condenação não pode se fundar apenas no fato de o "paciente ter sido supostamente preso próximo a residência da vítima, (02 ou 03 quarteirões, palavras dos policiais)" (fl. 10). Aduz que o silêncio do paciente não pode ser interpretado em seu desfavor.

Noutro vértice, defende a desproporcionalidade na exasperação da pena-base, asseverando não terem sido observadas as peculiaridades do caso concreto.

Pondera, por fim, que não haveria fundamentação idônea para a fixação do regime prisional mais gravoso, notadamente em razão das condições favoráveis do paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja reconhecida a ausência de fundamento idôneo para a condenação do paciente, bem como o redimensionamento da pena aplicada e a consequente readequação do regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado verifica-se que foram declinados os fundamentos para a ausência de provas a embasarem a condenação, o redimensionamento da pena, bem como a readequação do regime, consoante se extrai das seguintes passagens (fls. 52-56):

As vítimas confirmaram a participação de pelo menos quatro (04) pessoas na prática do roubo. Marcos, a menor Ramela e outro indivíduo não identificado, entraram na residência e anunciaram o assalto, e, mediante grave ameaça com o emprego de um

revólver e de uma tesoura, renderam as vítimas e subtraíram os bens destas. Um quarto elemento — Thiago — ficou na garagem dando cobertura aos comparsas e foi surpreendido depois na condução do veículo dos ofendidos e na posse de todos os bens subtraídos.

Embora a r. sentença tenha afastado a causa especial de aumento do emprego de arma, arrimada na sua não localização e na inexistência de laudo pericial a comprovar sua eficácia, este não é o entendimento da Turma Julgadora.

A não apreensão da arma, ante a palavra firme das vítimas', não implica no afastamento de tal causa especial de aumento.

[...]

A pena-base do corréu Thiago pelo crime de roubo, com três causas especiais de aumento — emprego de arma, comparsaria e privação da liberdade das vítimas — é fixada acima do mínimo legal. A par de ter sido o crime praticado no interior de uma residência, com o emprego de arma, o que caracteriza a grave ameaça, foi secundado por uma desnecessária violência. O ofendido Benedito estava com as mãos amarradas e, embora não pudesse oferecer qualquer resistência, foi agredido com coronhadas na cabeça, o que justifica o acréscimo à pena-base de um sexto (1/6), alcançando quatro (04) anos e oito (08) meses de reclusão e onze (11) dias-multa. Na fase intermediária, ausentes causas de aumento ou de redução de pena, fica ela inalterada. Na fase derradeira, face às três causas especiais de aumento devidamente comprovadas — emprego de arma comparsaria e restrição da liberdade das vítimas — o acréscimo é de metade (1/2), até porque apenas esta última causa já seria suficiente para justificar tal aumento, tal sua gravidade, consoante entendimento deste relator, finalizando a pena em sete (07) anos de reclusão, e dezesseis (16) dias-multa.

[...]

O regime prisional, para ambos, é o fechado.

Trata-se, o roubo, de crime grave que, cada vez mais e de forma incessante, vem trazendo desassossego à sociedade em geral, desvelando, ademais, a periculosidade de seus agentes.

Estes merecem, portanto, receber uma resposta enérgica do Poder Judiciário. É o que espera e vem pedindo a sociedade. O estabelecimento de regime prisional diverso para tais casos certamente revelar-se-ia medida insuficiente para a reprovação e prevenção de tal espécie delituosa, ainda mais em face da concreta e evidente maior periculosidade dos agentes e de seu manifesto desajuste para a vida em sociedade, tanto que cometeram o crime de modo triplamente agravado.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência